

NEXOS ENTRE INDICADORES SOCIAIS, ESPAÇO, TEMPO E AÇÃO POLÍTICA EM PORTO ALEGRE

Daniel Godoy¹

Paulo Roberto Rodrigues Soares²

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo de caso da produção dos indicadores sociais na cidade de Porto Alegre observando as apropriações dos indicadores sociais na esfera institucional. A perspectiva de análise entende os indicadores sociais como "objetos técnicos" (SANTOS; 1996; MILLÉO, 2005), os abordando a partir da Teoria Geográfica. Para o caso de Porto Alegre, é possível perceber a presença de diferentes paradigmas da produção de indicadores sociais e apropriações que tornam os indicadores sociais em dispositivos de relações socioespaciais, a serem usados para fins de nexos entre controle social e ordenamento territorial, demarcando uma espacialidade e racionalidade de projeção temporal para a ação política e para as relações sociais e espaciais na cidade.

Palavras-Chave: Indicadores Sociais; Epistemologia da Geografia; Ordenamento Territorial; Geografia Urbana; Geografia Política

LINKS BETWEEN SOCIAL INDICATORS, SPACE, TIME AND POLITICAL ACTION IN PORTO ALEGRE

ABSTRACT

This paper presents a case study of the production of social indicators in the city of Porto Alegre, observing the appropriations of social indicators in the institutional sphere. The analysis perspective understands the social indicators as "technical objects" (SANTOS; 1996; MILLÉO, 2005), approaching them from the Geographic Theory. In the case of Porto Alegre, it is possible to perceive the presence of different paradigms of the production of social indicators and appropriations that make social indicators into devices of spatial relations, to be used for the purposes of social control and territorial ordering, demarcating a Spatially and rationality of temporal projection for political action and for social and spatial relations in the city.

Keywords: Social Indicators; Epistemology of Geography; Territorial Planning; Urban Geography; Political Geography

¹ Geógrafo. Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e-mail: cidadesurreal@gmail.com

² Doutor em Geografia. Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e-mail: paulo.soares@ufrgs.br

1. Introdução

Este artigo apresenta um estudo de caso da produção dos indicadores sociais na cidade de Porto Alegre observando as apropriações dos indicadores sociais na esfera institucional. A perspectiva de análise entende os indicadores sociais como “objetos técnicos” (MILLÉO, 2005), os abordando a partir da teoria geográfica de Milton Santos (1995) em diálogo com a literatura especializada no tema dos indicadores sociais. Para o caso de Porto Alegre, é possível perceber a presença de dois diferentes paradigmas da produção de indicadores sociais imbricando-se, apesar de seus antagonismos. As apropriações e usos indicam a atuação de diferentes “lugares de produção” (CERTEAU, 1992). Mas também, observamos a presença de comunidades epistêmicas cuja as ações são mais fluidas e difíceis de serem localizadas.

Aqui apresentamos uma abordagem inicial sobre os indicadores sociais³ a partir de uma epistemologia da Geografia, buscando uma interpretação das relações sociais no espaço, as quais acontecem a partir da produção e uso dos indicadores sociais nas diferentes dimensões da vida social contemporânea. Dos anos 1960 à proximidade da década de 2020, quase seis décadas se passaram após o advento conceitual e técnico dos indicadores sociais. Existe atualmente, uma vasta literatura especializada no tema em diferentes áreas do conhecimento e muitas vezes conflitiva. Sendo que, uma das principais questões, é que não foi construída historicamente uma Teoria dos Indicadores Sociais, porém seu uso é promovido pelas ciências humanas e exatas, e cada vez mais por meio de abordagens inter e multidisciplinares.

2. Indicadores sociais e paradoxos políticos

As experiências em tornos dos indicadores sociais foram inúmeras, como também ocorreu profundas problematizações e tensionamentos. Hoje, podemos perceber que os indicadores sociais vem ganhando cada vez mais importância política e se tornaram instrumentos para fins de julgamento e tomada de decisões sobre os mais diferentes temas e assuntos relacionados à vida coletiva e a ação política. Os usos dos indicadores sociais se tornaram uma prática comum universal, seja pelo frequente uso e divulgação feitos pelas mídias e imprensa, seja pelo uso como referência de marcadores geográficos da construção de realidades sociais, seja por seu uso para fins de ordenamento territorial e controle social, ou o uso como instrumento de denúncias e críticas sociais.

O uso dos indicadores sociais vem acontecendo em diferentes escalas de ação e poder. Na escala da ação das agências multilaterais e nas formulações de agendas políticas. Cada vez mais observamos os usos dos indicadores sociais tanto para avaliação, como para monitoramento, planejamento, crítica, reflexão, promoção

³ Entende-se como indicador social, números produzidos por metodologias específicas que agregam sentido e significado sociais a dados. O advento conceitual da produção de indicadores sociais data da década de 1960 e a universalização da produção é atrelada ao Movimento dos Indicadores Sociais, cuja ideia principal é a contraposição de indicadores sociais aos indicadores meramente econômicos. Percebemos que uma das principais diferenças dos indicadores sociais das estatísticas sociais, são seus usos não somente por um campo científico ou grupo técnico mas, por uma ou mais comunidade epistêmica que se articulam junto aos espaços de produção de políticas públicas e projetos de leis.

da planificação, e formulação de programas e projetos de políticas sociais e econômicas. Tendo uso comum, em discursos que estabelecem a legitimidade de ações e políticas das relações internacionais a escala regional e a local. As representações⁴ possíveis a partir destes números e suas referências geográficas, possibilitam determinadas interpretações sobre o passado, sobre o presente e suscitam práticas de projeções sobre o futuro. Os nexos entre mapa e números pelo que percebemos, quando relacionado a espacialização de indicadores sociais, permite projetar imaginários geográficos e um modo de ação política para a espacialidade no tempo e no “espaço social” (LEFEBVRE, 1991).

Quando relacionados a um tempo futuro, os indicadores sociais permitem estabelecer nexos entre avaliações, mapeamentos, localização, delimitações espaciais, o estabelecimento de resultados a futuro e uma perspectiva de tendências de processos e movimentos ao longo do tempo. Um marco para as relações entre tempo futuro, espaço e indicadores sociais pode ser observado em Sheldon e Moore (1968). As relações entre a produção de indicadores sociais e as relações que temos hoje com os tempos históricos e as memórias sociais, permitem perceber a existência de modelos de governos, governanças, governamentalidades e de ação política territorial, os quais tendem a reproduzir determinadas geografias e geograficidades no social a partir dos usos e apropriações dos paradigmas de produção dos indicadores no modo de produzir e usar esse objetos técnicos. Bem como tais relações revelam diferentes racionalidades e projetos políticos de escala local e de ordens distantes que buscam inscrever seus projetos na escala local.

3. Epistemologia da Geografia e indicadores sociais

O estudo de Milléo (2005), chamou a atenção para quais são as relações entre indicadores sociais, artefatos numéricos derivados de estatísticas sociais, pela perspectiva de uma Epistemologia da Geografia e o conhecimento da dimensão espacial das desigualdades sociais. Ao observar essa relação, Milléo (2005) problematiza as ideologias e racionalidades envolvidas no processo histórico, identificando uma razão utilitarista hegemônica emergente do século XIX e um processo histórico marcado pelo conflito de classe, mudanças no Capitalismo e campos de forças da ação política do Estado-nação.

Ao observar esse cenário, campos sociais, comunidades epistêmicas e paradoxos envolvidos no desinteresse na área da Geografia e das Ciências Sociais⁵ sobre o conhecimento das implicações e relações entre indicadores sociais e a produção social do espaço, na literatura especializada, a tese de José Carlos Milléo (2005) orientada por Ruy Moreira, se tornou uma presença entre ausências. Ao propor e criar um caminho de enquadramento teórico dentro de uma Epistemologia da Geografia, Milléo (2005) percebe que os indicadores sociais podem ser melhor compreendidos, a partir de contribuições epistemológicas de Milton Santos. Uma vez que, podemos entender estes números com significado social, como objetos

⁴ Para interpretação das representações e representabilidades geradas por indicadores sociais junto ao senso comum, utilizamos para análise a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e para compreensão das relações políticas e da imanência do fluxo do poder na topologia do espaço social, utilizamos a Teoria da Hegemonia de Ernesto Laclau (1996)

⁵ A Sociologia das Estatísticas vêm dedicando estudos sobre o tema, destacando-se contribuições dos estudos antropológicos de Bruno Latour e da ideia de centros de cálculo.

técnicos e elementos do meio técnico científico e informacional, operados por meio de redes técnicas e informacionais no espaço geográfico.

A partir desta perspectiva teórica buscamos então entender como indicadores sociais são produzidos e se tornam objetos técnicos e informacionais ora, da planificação social e normalização do espaço geográfico, ora da luta social de comunidades epistêmicas por políticas com foco nas desigualdades sociais. Por este motivo, busca-se compreender como os indicadores sociais estão sendo consolidados como instrumentos chaves da racionalidade de gestão econômica do Estado-nação e do ordenamento territorial, via uma razão, no sentido de uma racionalidade de gestão como colocava Max Weber e também, como uma racionalidade reificadora e alienante como percebeu G. Luckaks, na *práxis* da divisão social do trabalho no Capitalismo. Por contradição, os indicadores sociais, tem sido instrumentos fundamentais das reformas do Estado-nação nas últimas seis décadas.

As racionalidades modernas com suas expectativas e programações idealistas, tem como resultado permitir a operacionalidade do poder no “meio técnico científico e informacional” (M. SANTOS, 1996). Por submeterem a produção social do espaço a racionalidade da gestão econômica que atua por meio de instituições burocratizadas e tecnocráticas e da normatização do espaço e da normalização geográfica. Ao observar o uso dessas razões utilitaristas para com os indicadores sociais, é possível perceber, um efeito de “dispositivo” a modo como interpreta M. Foucault quando percebe uma relação espacial entre “governamentalidade⁶ e tecnologias de poder, permitindo-nos perceber os nexos entre ação política, controle social, governo da espacialidade e ordenamento territorial e a captura das subjetividades e das objetivações que direcionam práticas pela produção e uso de indicadores sociais.

4. Processos geográficos da produção e usos dos indicadores sociais

No Brasil Paulo de Martino Jannuzzi (2002; 2003; 2004; 2005; 2009; 2011; 2014) tem dedicado trabalhos e estudos ao tema dos indicadores sociais tendo por ênfase o uso e a apropriação dos indicadores sociais no trabalho de produção, avaliação e gestão de políticas públicas. Os estudos de Jannuzzi vem problematizando os usos dos indicadores sociais e defendido a importância de sistemas de monitoramento sem desconsiderar as dimensões ideológicas e políticas. Trazendo contribuições que vão ao encontro de uma avaliação das técnicas estatísticas utilizadas e suas relações com os conceitos e metodologias.

Por sua vez, o enfoque de investigação aqui é diferente por buscar observar não as técnicas em si, nem as paralogias (contradições, erros e limites técnicos de cada técnica ou inovação), ou o uso político dos indicadores sociais por governos. Mas, observa-se os processos de “territorialização”, “desterritorialização” e “reterritorialização” (HAESBAERT, 2003; 2005), do trabalho de produção de indicadores sociais. Estudando como os indicadores chegam ao chão e como o trabalho de produção destes artefatos se realiza promovendo uma ação social, logo

⁶ As implicações e nexos entre os usos dos indicadores sociais e a governamentalidade podem ser melhor compreendidos no estudo de Traversini e Bello (2009) sobre a avaliação de políticas de alfabetização no Brasil.

uma política para a espacialidade e intervenções na *práxis*⁷.

Os processos de espacialização dos indicadores sociais são compreendidos aqui para fins de análise em cinco etapas ou dimensões: **1)** o trabalho de produção de indicadores sociais em uma “comunidade epistêmica” (HAAS, 1992) e nos “centros de cálculo” (LATOURE, 2011), **2)** a institucionalização envolvendo os processos de acordos institucionais, concepção e execução de projetos, aquisição de equipamentos e conhecimentos específicos; **3)** a comunicação para fins de divulgação e socialização; **4)** os modos de usos típicos de cada comunidade epistêmica, centro de cálculo e os paradigmas adotados; **5)** as apropriações que envolvem ressignificações, transformações criativas e subversões políticas e paradigmáticas.

Os processos geográficos de territorialização podem ser percebidos pela: **a)** territorialização que acontece nos lugares de produção, quando nos espaços sociais de comunidades epistêmicas e de centros de cálculo são produzidos indicadores sociais; **b)** desterritorialização dos indicadores que ocorre pelo uso por agentes e atores externos aos lugares de produção, que vão fazer diferentes interpretações, análises e outros usos; **c)** reterritorialização por sua vez, é uma nova fase de produção de um indicador, que acontece quando um indicador social é superado e substituído ou sobre posto por outro, decorrente de discussões de agendas políticas, de debates com diferentes comunidades epistêmicas, centros de cálculos, agências de regulação e movimentos sociais, ou pela imposição de uma hegemonia.

Os processos geográficos percebidos como relacionados aos usos dos indicadores sociais são diretamente, vinculados a territorialização e espacialização do Movimento dos Indicadores Sociais - MIS⁸ que desde as décadas de 1960 vêm atuando na universalização técnica da produção de indicadores sociais por meio do agenciamento de seu “paradigma histórico⁹” (ABREU, 1988), o qual é atravessado por uma herança da “ideologia utilitarista” como compreendeu Milléo (2006). Abreu (1988) em estudo do caso britânico, identificou a presença de um “paradigma comparativo” com origens em comunidades epistêmicas que atuam junto as

⁷ As observações e interpretações feitas aqui sobre o MIS, tem por referência as contribuições de Fernandes (2012; 2015), através de uma Teoria Geográfica para estudo de movimentos sociais, distinguindo movimentos socioterritoriais onde o território é um trunfo de existência e movimentos socioespaciais, onde a espacialidade é sua essência. Com este referencial podemos chegar a uma perspectiva que compreende haver um processo de universalização e uma inter-relação entre escalas de territorialização do trabalho de produção de indicadores sociais que é ontologicamente indissociável dos processos de territorialização e espacialização do MIS.

⁸ Santagada (2014) faz uma síntese do contexto histórico dos indicadores sociais em escala mundial, apontando um plano internacional com marco a partir dos anos 1960, e planetarização do uso pelos Estados Nacionais a partir da década de 1970, com destaque para a atuação dos estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a ação de consultores ligados a agências multilaterais como UNESCO, OCDE e Banco Mundial que passa a postular uma nova contabilidade social.

⁹ Percebemos que a relação entre a produção de indicadores sociais bem-estar e qualidade de vida, não pode ser separada do paradigma histórico dos indicadores sociais, pois desde sua origem enquanto um movimento social e projeto político com foco na produção de políticas e promoção das reformas de bem-estar do Estado-nação. A exemplo em Sheldon e Moore (1968) já é apresentada o uso dos indicadores sociais como dispositivos de avaliação e monitoramento do bem-estar. Portanto, a relação entre indicadores sociais e bem-estar não é algo novo, mas faz parte de seu paradigma histórico com heranças no século XIX, em termos de projetos políticas de comunidades epistêmicas que atuam em prol de reformas e criação de leis e políticas voltadas a proteção social e dar conta das crescentes desigualdades sociais e seus decorrentes conflitos e tensionamentos.

organizações multilaterais como Organização das Nações Unidas – ONU e agências de regulação econômica como Banco Mundial, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico– OCDE e agências de regulação, que promovem apropriações e uso de indicadores sociais para fins de normalização social e geográfica. Ao revisar a literatura internacional sobre o tema, identificamos discussões sobre um terceiro “paradigma emergente” na América do Norte (INNES, 1975; 1989; 1995; 2004), que pauta-se por experiência de articulação entre comunidades epistêmicas e Comunidade local para construção de indicadores sociais e projetos de planejamento urbano e regional de forma colaborativa. Portanto, foram identificados três paradigmas distintos e conflitos na produção e uso dos indicadores sociais.

5. Escalas de territorialização dos indicadores sociais em Porto Alegre

Entre os atores que produzem e fazem uso recorrente de indicadores sociais sobre a cidade de Porto Alegre podemos destacar a Fundação de Economia e Estatística do Estado – FEE, o Observatório da Cidade de Porto Alegre e o Observatório das Metrópoles Núcleo Porto Alegre¹⁰ além de pesquisadores das Universidades locais e secretarias municipais e órgãos de planejamento. Todavia, é fácil identificarmos os lugares de produção de indicadores sociais numa cidade. Mas, a territorialização do trabalho de produção e do Movimento dos Indicadores Sociais - MIS não acontecem somente por via desses espaços sociais mas, pela ação de comunidades epistêmicas locais e de outras escalas, que visam inserir suas ações políticas na dimensão das geografias na escala local.

A perspectiva de análise feita percebe a presença do paradigma histórico junto a lugares de produção como Observa-POA, FEE e Observatório das Metrópoles - POA e outros espaços relacionados a campos científicos em Porto Alegre. No caso do Observa-POA podemos analisar a publicação de Furtado et al (2004) que faz a espacialização de indicadores sociais para dados do Censo IBGE 2000, abordando também, os indicadores por meio de apresentação por tabelas para interpretações com foco em mudanças sociais entre 1990 e 2000. Ao se fazer uma análise comparativa sobre as mudanças sociais, os indicadores sociais são utilizados para fazer comparações também com outras escalas, momento que indicadores da OCDE são invocados como referências de uma comparabilidade em escala mundial. Percebe-se a ênfase na comparação para com o quanto ocorreu de mudanças social no período.

Os indicadores de desenvolvimento humano e condições de vida da cidade de Porto Alegre, nas avaliações realizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD em 1998 e 2003 (PNUD/IPEA, 1998; 2003), situaram-se em patamar elevado entre as grandes metrópoles brasileiras. No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil da capital decresceu 14,5%, passando de 21,12 por mil nascidos vivos em 1991 para 18,06 por mil em 2000. Durante a década de 1990, a expectativa devida dos porto-alegrenses aumentou em 1,61 anos, passando de 69,87 anos em 1991 para 71,48 anos em 2000,

¹⁰ No site <http://portoalegremanalise.procempa.com.br> pode ser encontrado uma gama de indicadores sociais disponíveis a consulta pública e a análises comparativas entre 2000 e 2010.

sendo esta similar a dos países de alta renda da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento - OCDE. A taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos e mais, que já era considerada uma das mais elevadas entre as capitais brasileiras, aumentou de 95,1% em 1991 para 96,5% em 2000, correspondendo a de países considerados de alto desenvolvimento humano. O acesso da população porto-alegrense aos serviços urbanos básicos é universalizado. O percentual de domicílios urbanos que contam com água encanada cresceu de 95,7% em 1991 para 97,8% em 2000; os que desfrutam de energia elétrica passaram de 97,0% em 1991 para 99,3% em 2000, ao passo que a coleta de lixo, que era um serviço disponibilizado a 97% dos domicílios em 1991, passou a abranger 99,3% das residências em 2000. No que se refere ao acesso a bens de consumo, 96,8% das famílias possuem geladeira; 97,8%, televisão; 68,4% têm telefone fixo e o computador está presente em 27,9% dos domicílios da cidade. No período 1991-2000, a renda per capita média dos porto-alegrenses que era de R\$ 525,2 em 1991 passou a R\$ 709, em 2000, apresentando um crescimento de 35,2%. No entanto, a pobreza absoluta que atingia 11% das pessoas em 1991, aumentou 2,81% passando a 11,3% em 2000..” (FURTADO et al, 2004 p. 7-8)

Ao estudar a obra Mapa da Exclusão e Inclusão em Porto Alegre (2004) observamos sua inscrição e localização num processo de trabalho de produção mais amplo, que envolve além de lugares de produção um conjunto de ações e práticas sociais típicas da escala local e de uma rede de trabalho envolvendo secretarias municipais e Universidade. Podemos perceber que a iniciativa materializada na obra de Furtado et al (2004) foi suscitada por comunidades epistêmicas e comunidades em geral, as quais se articulam junto a conferências, fóruns municipais e a congressos sobre a Cidade que provocaram a necessidade de um trabalho de tal natureza.

A construção do Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre representa, ademais, uma demanda da cidade apresentada na IIIª Conferência Municipal de Assistência Social de 1997 e no IIIº Congresso da Cidade realizado em 2000. Desse modo, o Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre tem o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca das condições de vida, desigualdades e vulnerabilidades sociais existentes nas regiões da cidade FURTADO et al, 2004 p. 9)

Esta informação é relevante para compreendermos como ocorrem as verticalidades e as horizontalidades da ação política e dos paradigmas do trabalho de produção dos indicadores sociais. Percebe-se que há na escala local, uma provocação a partir das horizontalidades por meios dos espaços públicos de discussão e construção democrática da cidade. De maneira, que o trabalho técnico de produção e o científico de análise acabam por atender uma demanda da horizontalidade, que expressa a força social da atuação de comunidades epistêmicas na escala local.

Estas observações são importantes para compreendermos que são as ações e inter-relações entre as horizontalidades da ação política da comunidade local e das comunidades epistêmicas que provocam a produção de indicadores sociais para a escala do lugar do vivido, e a busca de avaliação e monitoramentos da mudança

social. Mesmo que seja efetivada a ação de produção por meio de uma ação vertical de ordem e fomento, na figura do poder público, a origem da ação é a horizontalidade e a inter-relação de forças sociais, de campos científicos, comunidades epistêmicas, atores públicos e comunidade que envolvem-se na construção das agendas públicas em relação as desigualdades sociais na escala local. Legitimando a necessidade de informações, conhecimento e da apropriação e usos de indicadores sociais.

Nesse sentido, podemos perceber um *logos* antagonista a influência do paradigma comparativo que pauta-se pela comparação para fins de normalização e comparabilidades descontextualizadas das relações territoriais. Por breve, percebemos a influência do paradigma histórico em fluxo e no fixos dos lugares de produção e junto a espaços como eventos de discussão pública e de construção de agendas municipais.

Os enunciados produzidos no Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (2004), são um exemplo que permite-nos entender, a maneira da representabilidade do IDH-M tem sido problematizada em Porto Alegre historicamente e quais outras estratégias de representação das desigualdades sociais vêm sendo utilizadas. Por meio do georreferenciamento de um conjunto de indicadores sociais sintéticos e não sintéticos em escalas *standards* (0 a 1), emergiu a necessidade de problematizar as representabilidades dos indicadores sociais sintéticos para uma micro escala geográfica.

Na abordagem feita no Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (2004)¹¹ é observado o uso e apropriação do IDH-M distinta do observado no campo jornalístico por exemplo. Nota-se a influência de um paradigma de cunho analítico. De modo, que a questão destacada é a dimensão da escala de uso do IDH-M e a necessidade de regionalização de indicadores em escala intraurbana para fins de melhor representar as desigualdades sociais, obtendo-se melhores condições de representabilidade dos processos históricos e geográficos das desigualdades sociais. Observa-se o interesse pela explicação e pela interpretação histórica sobrepondo-se a interpretação comparativa por ranqueamento entre áreas, que é uma característica do paradigma comparativo.

Outra obra estudada foi o Sistema de Gestão e Análise de Indicadores Porto Alegre em Análise (2012), criado para ser uma ferramenta do Observa-POA também, permite uma interpretação das desigualdades sociais intra urbanas, bem como a análise comparativa temporal e espacial, dispendo sobre os limites conceituais e de categorias utilizadas. Todos os indicadores e informações geradas foram de forma automatizadas, não disponibilizando análises interpretativas, somente a comparação entre indicadores em escala intra-regional e temporal. Além da automação na relação uso e apropriação dos indicadores sociais, no sistema Porto Alegre em Análise também se observa uma nova dimensão temporal incluída,

¹¹ O Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (2004) foi um produto de consultoria externa coordenada pelo Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos UFRGS/Instituto de Filosofia e Ciências Humana com colaboração dos técnicos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e coordenação técnica de Adriana Furtado – FASC, Beatriz Morem da Costa – SMDHSU, Carlos Eduardo Gomes Macedo – SMIC, Liane Rose R.G, Bayard N. Germano – SMED, Marco Antônio Macerata – SMS, Márcia Elizabeth Marinho da Silva – SMS, Tânia Regina Quintana Rodrigues – SPM e Valéria D.S. Bassani – GAPLAN funcionários da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

usando os indicadores para projetar ações a tempo futuro, através da geração automática de um Plano de Metas com projeções para alcance de resultados.

Com o desenvolvimento do Porto Alegre em Análise está então disponível um complexo sistema de indicadores sociais os quais possibilitam múltiplos mapeamentos. Sendo, os dados utilizados oriundos de base de dados quantitativos, que geram representações e representabilidades da cidade e de lugares cujo os moradores não interferem na produção desses números públicos. O uso dos indicadores sociais selecionados permite comparação entre 2000 e 2010 para perceber diferenças na escala territorial das desigualdades, demonstrando uma intenção de demarcar melhorias e pioras nas condições de vida de algumas regiões da cidade e os lugares de mudança social. Caracterizando uma influência de um paradigma histórico da espacialização do Movimento dos Indicadores Sociais - MIS na esfera pública da Cidade.

6. Indicadores sociais nas leis da Cidade

Em um contexto recente, que data da segunda década do século XXI, é possível observar que em Porto Alegre o uso e a apropriação de indicadores sociais vêm se dando em uma dimensão institucional tanto no campo técnico científico como no campo político. Observamos os indicadores sociais sendo apropriados e utilizados como instrumentos de estudo de dimensões macro sociais e para fins de monitoramento de transformações espaciais e temporais, onde ocorre um enfoque sobre as mudanças sociais, que promove interesses e agendas de discussão sobre políticas públicas.

Nesse processo observamos uma forte influência do paradigma histórico dos indicadores sociais, com importante relevância do papel dos lugares de produção como institutos de pesquisas e grupos de pesquisa como agentes promotores de pautas e agendas para os ciclos de produção de políticas urbanas. Destacando-se também, as ações das comunidades epistêmicas enquanto comunidades de interesse na produção de conhecimento para fins de promoção de políticas.

Em um contexto de emergência da dimensão territorial e da dimensão temporal do uso e apropriação dos indicadores sociais também, observamos os indicadores sociais sendo apropriados e contextualizados nos textos de leis, dispendo sobre formas de saber/poder para o Estado e para a ação social. No caso de Porto Alegre é possível observar no campo político da legitimação institucional uma normatização, a qual promove uma apropriação para fins de produção de política pública e para organização e planejamento territorial da ação pública através da presença de três instrumentos normatizadores da ação política e de gestão do espaço social na cidade. Sendo eles:

A) o primeiro diz a respeito das áreas de abrangência dos Conselhos Tutelares, através da Lei Nº 11.061, de 1º de abril de 2011 que estabelece uma regionalização; **B)** o segundo se refere às formas de pesquisa para fins de diagnóstico para avaliação e produção de políticas do livro e leitura, através do DECRETO Nº 17.010, de 29 de março de 2011 que direciona formas de planificação da avaliação pelo uso de um conjunto de indicadores educacionais; **C)** e o terceiro marco que dispõe sobre a criação e função do

sistema de produção de informações e conhecimento para subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas municipais para as mulheres, por meio da Lei Nº 11.281, de 21 de maio de 2012.

Tais leis foram criadas diante da ação política de comunidades epistêmicas que atuam junto ao ciclo de produção de políticas e projetos de leis em Porto Alegre, evidenciando a territorialização do paradigma histórico dos indicadores sociais na cidade e a sua potência para institucionalizar indicadores como dispositivos de gestão social. Os três casos trazidos como exemplos empíricos de inscrição na *práxis* urbana de uma estratégia de gestão social voltada as desigualdades sociais, demonstra que se trata de um processo de territorialização recente, e por consequências de processos geográficos e sociais que vem acontecendo já há mais tempo.

No primeiro caso, a organização e planejamento dos Conselhos Tutelares a Lei Nº 11.061, em seu artigo 1º, dispõe sobre o uso dos indicadores sociais como meio de demonstração de necessidades sociais a serem atendidas pelas possibilidades operacionais, e através de anexo define as micro regiões de atuação de cada, determinando função social e política dos indicadores sociais em Porto Alegre. Nesta lei, os indicadores são diretamente relacionados ao reconhecimento legítimo de necessidades e demandas sociais. Ao mesmo tempo que deixa os indicadores sociais sujeitos a ação política do Conselho. Observa-se que a regionalização feita, corresponde também a regionalização do Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre. A lógica territorial observada vincula a uma regionalização administrativa territorial delimitando nexos espaciais para a ação política no território urbano aos usos e a apropriação dos indicadores sociais.

No segundo caso, o Decreto Nº 17.010 dispõe sobre o uso de indicadores sociais e educacionais do Município listando o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), taxa de alfabetismo funcional, número de escolas, número de escolas por habitantes, número de professores por habitante, e outros dados de desempenho escolar ou de desempenho na leitura e escrita, como dispositivos integrantes do questionário a ser utilizado como instrumento de pesquisa de diagnóstico do livro e da leitura, definindo uma forma de avaliação de resultados de gestão, conforme o Anexo I do Decreto Nº 17.010. Neste caso de apropriação institucional dos indicadores sociais em Porto Alegre, os indicadores são usados para dispor uma forma de mapeamento no qual consiste em vínculos entre espaço, número e desempenho da política pública de leitura.

No terceiro caso, o texto da lei 11281 /2012 dispõe determinações em que o Executivo Municipal deve organizar a “prestação de contas públicas da evolução dos indicadores sociais” relativos à mulher no Município. Todavia, não há uma definição conceitual nem operacional de quais indicadores sociais a serem utilizados. Ao mesmo tempo que se associa o uso de indicadores como índice de qualidade de vida e de um mapa da situação da mulher. Percebe-se uma razão de busca de governo do espaço social e de ordenamento territorial da ação política do Estado, que cria um dispositivo específico para fins de localização, reconhecimento e identificação de condições sociais, definindo localizações pela associação entre indicadores sociais e seus respectivos georreferenciamentos.

Neste terceiro caso de apropriação institucional, podemos perceber um processo de modernização da produção da política pública para fins de ações cujo foco são desigualdades sociais. De modo, que foi gerado via o campo político, uma política de produção de visibilidades, buscas de reconhecimentos de condições de vida, e seus nexos espaciais que acabam por evidenciar diferenças e similaridades entre as áreas da cidade. Ao mesmo tempo que, foi criado um marco regulador, o qual deixa em aberto a definição da forma de produção dos indicadores sociais e suas referências conceituais e *ethos*.

Nota-se que nos três marcos jurídicos podemos perceber evidências da apropriação dos indicadores sociais no campo político da cidade de Porto Alegre, onde é possível observar como os indicadores sociais estão sendo apropriados para assumirem funções nos ciclos de produção de políticas públicas para Porto Alegre. De fato, prevalecendo uma razão utilitarista como aponta Milléo (2006) onde se destaca a atuação de uma classe intelectual. Mas, também como contradições internas, é possível observar a apropriação como instrumentos de gestão social e de ordenamento territorial por estabelecer nexos espaciais voltados ao mapear as desigualdades sociais e as desigualdades espaciais da ação política no espaço urbano.

7. Indicadores sociais na imprensa

A territorialização observada do trabalho de produção dos indicadores sociais em Porto Alegre, apresenta uma lógica política em antagonismos ao paradigma comparativo hegemônico na produção de indicadores sociais em escala internacional e na escala nacional. Na escala local, nas horizontalidades da ação política identificamos uma hegemonia do paradigma histórico. O qual direciona a ação política a buscar provocar a produção de mapeamentos das mudanças sociais e busca inscrever projetos para fins de controle social das desigualdades sociais, buscando inscrever na Cidade um logos voltado ao controle social.

Para melhor compreendermos as apropriações dos indicadores sociais no cotidiano, observamos o uso e apropriações do IDH-M de Porto Alegre pela imprensa, para buscar entender uma outra escala de ação e de inter-relações entre verticalidades e horizontalidades da ação política. Foi possível perceber que a apropriação do IDH no discurso da imprensa utiliza basicamente do significante ranqueamento para criar comparações, que por sua vez enfatiza significados de melhor ou piores condições de vida para Porto Alegre em comparação a outros municípios do país. Com a publicação do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 pelo PNUD, os resultados foram noticiados com destaque para a posição ocupada pela cidade em relação às outras capitais e cidades brasileiras. Sendo que foi, destacado que Porto Alegre ocupa a posição de número 28 no ranking geral das cidades e 6º em relação às capitais, ficando com um IDH de 0,805, considerado alto.

Tais observações permitem identificar uma hegemonia do paradigma comparativo, que consegue se territorializar na escala local, via a imprensa. É via notícias e informes de jornais, blogues e sites diversos, que se coloca no chão do cotidiano um uso dos indicadores sociais que geram no social, determinados imaginários e por consequência consciências geográficas. Também, é possível observar um jogo de representabilidade em que se destaca para Porto Alegre, a

menor melhora no período entre 2000 e 2010. Todavia, pouco ou nada se fala sobre desenvolvimento humano em si ou sobre o *ethos* que o IDH deveria mobilizar por ser um indicador social fundamentalmente simbólico. Os valores sociais encontrados no discurso jornalístico sobre o IDH-M são os de uma “cultura da performatividades” (LYOTARD, 1983), que cultua o melhor desempenho, marca os piores desempenhos e valoriza a competitividade alienada dos processos de totalizações.

No discurso jornalístico foram encontrados dois tipos de usos e apropriações do IDH-M em relação a cidade de Porto Alegre, o que produz representações que significam a cidade como estando em uma competição na qual o IDH-M é uma medida dos resultados finais e sempre comparando com outras cidades desconsiderando as dimensões internas da cidade, processos sociais e econômicos, e o que entende-se por desenvolvimento humano nos contextos da vida. E o que critica o IDH-M o representando como um indicador ilusório por não representar as desigualdades internas da cidade. Em ambos discursos, nenhum traz os sistemas de valores relacionados à valorização de políticas sociais e sua contraposição a mensurações somente econômicas. Em ambos os tipos de discursos percebemos um uso reificado do IDH-M como se tal fosse de fato uma medida objetiva do desenvolvimento humano. O IDH-M é representado como se fosse uma expressão do desenvolvimento, em vez de ser apresentado como um indicador social simbólico. Quando o discurso jornalístico utiliza o IDH-M, o faz como um dispositivo de classificação para nexos entre valores de competitividade comparativa e espaço geográfico. Pelo uso de valores e significações de competitividade e desempenho estabelecido pelo significativo ranqueamento. Ou seja, é a posição ocupada em comparação com as outras cidades que é valorizada. Os discursos críticos por sua vez, buscam deslegitimar o IDH por questionar a escala apresentada, não questiona-se a reificação e nem os valores promovidos.

A interpretação do uso e apropriação do IDH-M pelo discurso jornalístico aparece como uma produção e reprodução performativa¹² enunciada de forma mimética, que apresenta o IDH-M com um status de verdade e como uma representação objetiva e concreta de desigualdade social, ancorada num número de posição no ranqueamento *linkado* a um espaço geográfico. Portanto, reproduzindo uma culto ao desempenho através da apropriação do IDH-M de seu paradigma histórico, original do lugar de sua produção, o direcionando pela égide de um “paradigma comparativo” (ABREU, 1986).

O uso e apropriação, por exemplo, do IDH-M para Porto Alegre pela imprensa, marca distanciamentos, enfatiza a competitividade por comparabilidades e utiliza o ranqueamento na escala standards de 0 a 1 como um “significante vazio” (LACLAU, 1996) de modo que, ancora e objetiva significados desconectados de processos históricos e geográficos, capturando as subjetividades para uma cultura que abstrai cidades como lugares em competição. Essa racionalidade é típica de um “paradigma comparativo” (ABREU, 1986), e de uma “ilusão estatística” (BESSON, 1995). Tal uso difere de forma antagonista, por exemplo, à feita por Furtado et al. (2004) e do trabalho típico que acontece nos lugares de produção dos indicadores sociais.

¹² O conceito de performatividade tem grande importância para a perspectiva de análise em curso, tendo como referência sua construção histórica e contribuições e J. Austin, J. Lyotard, M. Callon e J. Butler. Uma abordagem da noção de performatividade por ser encontrada em Callon (2009; 2010).

Percebemos que a partir da segunda década do século XXI em Porto Alegre, podemos observar uma inter-relação entre a presença do paradigma histórico e do paradigma comparativo em projetos que visam territorializar uma ação política na escala local a partir de uma ordem e escala distante, promovendo consciências geográficas sobre o bem-estar por meio do trabalho de produção de indicadores sociais. Um exemplo é o caso do Índice de Bem Estar Urbano – IBEU de Ribeiro e Ribeiro (2013), criado no âmbito do Observatório das Metrópoles - OM, um lugar-rede de produção de indicadores sociais, com seu grupo de trabalho principal localizado no Rio de Janeiro.

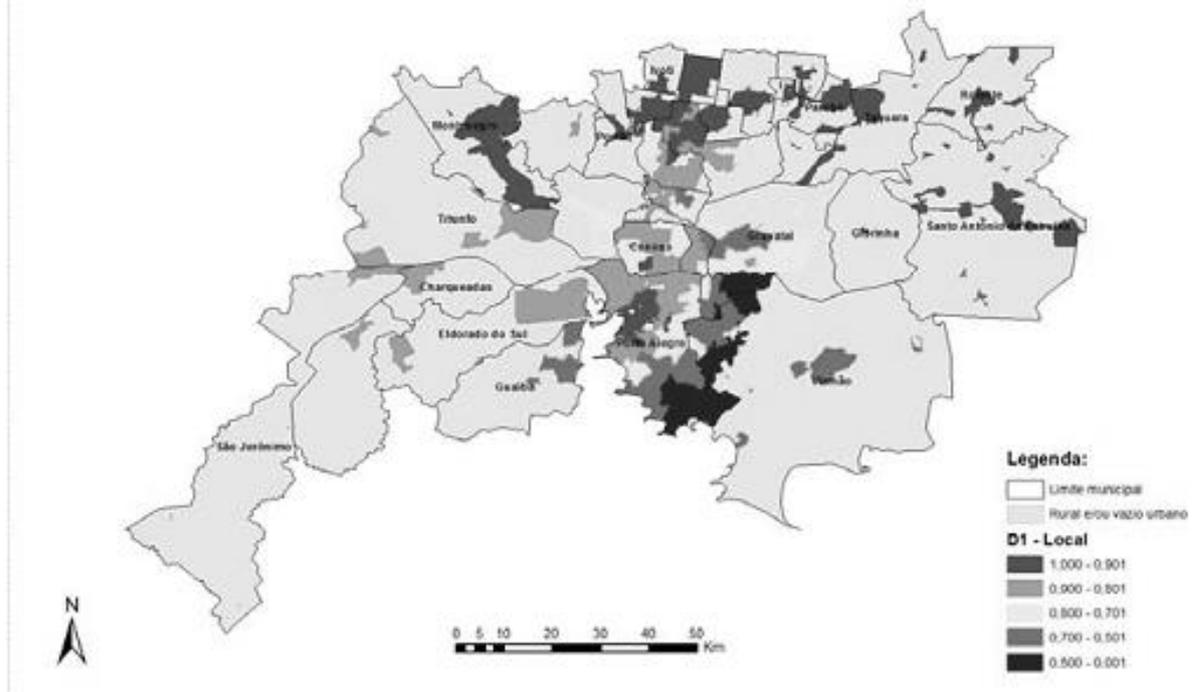
A semelhante maneira, em Ribeiro e Ribeiro (2013) percebemos uma abordagem pela qual o paradigma histórico nos parece ser bem evidente e hegemônico. O uso e a apropriação do IBEU para RMPOA enfatiza a importância de percepções sobre a escala intra urbana e os efeitos de determinadas dimensões e características das condições de territorialização como elementos fundamentais para o bem-estar urbano, problematizando as particularidades da escala metropolitana.

O IBEU é um caso importante pois expressa as típicas contradições internas e antagonismos da produção de indicadores sociais, ele evidencia uma estratégia e um projeto político por maior legitimidade junto a comunidades epistêmicas as quais OM se articulam em escala nacional para fins de promoção do bem-estar e do entendimento sobre a relevância da mobilidade em escala metropolitana. A criação do IBEU se fundamenta no paradigma histórico da produção de indicadores sociais com tradição desde os anos 1960 no uso de um conceito de bem-estar, com promoção de discussão teórica e metodológica em torno do conceito de bem-estar adotado, problematizando a questão urbana metropolitana diante dos debates e discussões que ocorrem junto ao OM, onde a questão da mobilidade urbana tem tido crescente relevância.

Para o caso de Porto Alegre o IBEU foi espacializado e estudado por Fedozzi e Castello (2015). A seguir, na Figura 1, podemos observar a espacialização do IBEU para RMPOA. O cartograma permitiu aos autores fazer uma série de inferências sobre as desigualdades sociais e perceber diferentes escalas nas desigualdades socioterritoriais as quais são elencadas e problematizadas em Fedozzi e Catello (2015).

Figura 1. Espacialização do IBEU para Região Metropolitana de Porto Alegre

Mobilidade Urbana (D1 - Local) - Região Metropolitana de Porto Alegre - 2010



Fonte: Fedozzi e Castello (2015)

Todavia, a estratégia de representação geográfica do indicador na imprensa, foi pautada pelas representabilidades comuns ao paradigma comparativo e uso de tabelas de ranqueamentos, com ênfase no ranqueamento e em mapas normalizados para fins de comparação territorial. Contudo, os efeitos de tal representabilidade quando o indicador é transformado em metáfora geográfica através da espacialização, não demonstra ter os mesmos efeitos que a representabilidade pautada pelas tabelas de ranqueamento.

O ranqueamento gerou na produção do discurso de síntese e apresentação pública do indicador uma contradição interna e política. Pois, a significação do indicador é reduzida a ancoragem de significados de escore de bem-estar entre cidades, os ranqueamentos acabam por se tornarem “significantes vazios” (LACLAU, 1996) sobre processos históricos e geográficos que geram as condições urbanas representadas, deixando de ter a ação política voltada a criação de consciências geográficas sobre a relação entre mobilidade urbana, bem-estar e qualidade de vida, para pautar ancoragens de significados e valores performativos que demarcam geograficamente as cidades e regiões com o maior bem-estar e as com os piores bem-estar. A comparação por ranqueamento e por normalização estatística, permitem a captura de significados do IBEU pelo paradigma comparativo na comunicação do indicador. Observemos o discurso jornalístico no excerto a seguir:

Pesquisa da UFRJ aponta Porto Alegre em 5º lugar em ranking de bem-estar urbano entre capitais

Estudo avaliou cinco indicadores de qualidade, entre os quais não está a segurança: mobilidade urbana, condições ambientais, condições habitacionais, serviços coletivos urbanos e infraestrutura

Levantamento inédito do Observatório das Metrôpoles, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), avaliou o Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu) de 5.565 municípios brasileiros. Porto Alegre aparece na quinta posição entre as 27 capitais brasileiras, com um índice de 0,8499 (quanto mais próximo de 1,0, melhor é a condição de bem-estar urbano). No ranking geral, a cidade ocupa a 1.065ª colocação. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Vitória (ES) lidera o ranking das capitais, com 0,9. Considerando todos os municípios do Brasil, as cinco primeiras colocadas estão no Estado de São Paulo. Buritizal é a campeã nacional (0,951). Na 5.565ª posição, o pior índice é de Presidente Sarney (MA), com 0,444.

O estudo Ibeu Municipal avaliou cinco indicadores de qualidade: mobilidade urbana, como o tempo de deslocamento de casa para o trabalho; condições ambientais (arborização, esgoto a céu aberto, lixo acumulado); condições habitacionais (número de pessoas por domicílio e de dormitórios); serviços coletivos urbanos (atendimento adequado de água, esgoto, energia e coleta de lixo); e infraestrutura. Não há um item de avaliação de segurança.

A dimensão que apresenta a pior situação de bem-estar, nacionalmente, é a infraestrutura das cidades: 91,5% dos municípios estão em níveis ruins e muito ruins. Para avaliar a infraestrutura, o Observatório considerou sete indicadores: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros. Somente um município apresenta condição muito boa de infraestrutura: Balneário Camboriú (SC).

Para Marcelo Ribeiro, professor da UFRJ e pesquisador do Observatório, o Ibeu revela uma desigualdade regional.

— Os municípios que apresentaram as melhores condições estão nas regiões Sudeste e Sul, um pouco no Centro-Oeste. Os piores índices, em geral, estão no Norte e Nordeste, e também no Centro-Oeste, uma zona de transição — disse.

Campeã

Há um ano, a administradora Janete Rodrigues, 40 anos, trocou uma vida agitada em Belo Horizonte, metrópole de 2,5 milhões de habitantes, pelos dias pacatos em Buritizal, de 4.077 moradores, no norte do Estado de São Paulo. Ela gostou tanto do lugar que decidiu fincar raízes: arrendou uma pousada e levou o filho de 16 anos para a cidade paulista.

— Estava em um nível de estresse muito alto. Vim a passeio, ver minha mãe, e decidi ficar. Aqui é tudo organizado, parece que cada coisa está em seu lugar. Já dispensei os remédios para o estresse — disse Janete.

A cidade é planejada. Todas as ruas têm rampas para cadeirantes e não há terrenos vazios na área urbana de Buritizal (ZH, por Estadão Conteúdo, 27/09/2016)¹³

¹³ Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2016/09/pesquisa-da-ufrj-aponta-porto-alegre-em-5-lugar-em-ranking-de-bem-estar-urbano-entre-capitais-7591112.html>

Podemos observar na matéria do Jornal Zero Hora, que apesar do enfoque dos pesquisadores serem nas evidências sobre as desigualdades sociais e os efeitos da mobilidade urbana e nas condições de vida, a apropriação discursiva é feita usando o IBEU como um significante vazio apropriando-se dos significados do IBEU do contexto de produção, para utilizá-lo para criar uma geograficidade performativa para o bem-estar. Objetivando o bem-estar por marcas de melhores e piores posições, pelo nexos entre lugar e posição no ranqueamento. Esta abordagem de síntese discursiva, territorializa subjetividades de uma cultura da performatividade que dá ênfase em valores antagônicos aos do contexto de produção do indicador, marcando os melhores desempenhos com significados de competitividade de modo dissociado do processo histórico, geográfico e político, deixando em ausência toda a complexidade e completudes de análises. Na tabela 1 a seguir, podemos observar um ranqueamento feito para o IBEU.

Tabela 1. Exemplo de Ranqueamento Mostrando os Resultados Mais Altos e os Resultados Mais Baixos

Ranking	Código	Município	Região Metropolitana	UF	IBEU
1	3501608	Americana	CAMPINAS	SP	0,911
2	3523404	Itatiba	CAMPINAS	SP	0,903
3	3545803	Santa Bárbara d'Oeste	CAMPINAS	SP	0,899
4	3548807	São Caetano do Sul	SÃO PAULO	SP	0,899
5	3556206	Valinhos	CAMPINAS	SP	0,896
285	1501501	Benevides	BELÉM	PA	0,449
286	2601052	Araçoiaba	RECIFE	PE	0,445
287	3302270	Japeri	RIO DE JANEIRO	RJ	0,420
288	1506351	Santa Bárbara do Pará	BELÉM	PA	0,413
289	1504422	Marituba	BELÉM	PA	0,382

Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

Fonte: Ribeiro e Ribeiro (2013 p.37)

O que se destaca nesta análise não é o efeito no ranqueamento no uso dado nos lugares de produção mas, os efeitos na apropriação e comunicação, quando a escala de comunicação envolve uma ação vertical e a escala de massa de comunicação. O IBEU oportunizou uma experiência e um caso de territorialização de um indicador social importante no Brasil. Foi amplamente divulgado na imprensa em escala nacional. Em seu processo de comunicação discursiva observamos relações de antagonismo entre paradigmas na produção do indicador. Podemos perceber no excerto citado, que mesmo tendo destaque as dimensões do paradigma histórico, onde se aponta as condições urbanas avaliadas o IBEU é apropriado pelo paradigma comparativo quando (re)contextualizado por um discurso

jornalístico de síntese.

No caso da apropriação do IDH-M e do IBEU de Porto Alegre pela imprensa, observamos que os indicadores sociais tendem a ser apropriados pela égide do paradigma comparativo na escala da ordem do discurso vertical típica do discurso jornalístico. Este fato, que produz no senso comum a objetivações de significados de uma cultura da performatividade, pelo uso do indicador social como um significante vazio. Evidenciando um importante fenômeno de antagonismos por apropriação como dispositivo de governamentalidade de um regime urbano antagônico ao dos lugares de produção dos indicadores sociais.

8. Considerações finais

Os nexos entre indicadores sociais e a prática social, permitem melhor compreender como estamos projetando a ação política sobre o espaço social em tempo presente e futuro. Permite perceber que ocorre estreitos vínculos entre racionalidades e formas emergentes de ordenamento territorial da cidade. Por conseguinte, se torna necessário melhor compreender as geografias que geram as relações entre comunidades epistêmicas, centros de cálculos, lugares diversos de produção de indicadores sociais e as Comunidades locais.

Pelas pistas achadas nos caminhos de investigação, observando que tais geografias, compreendendo como as agências de pesquisas e agências multilaterais enunciam e representam as desigualdades sociais a partir dos indicadores sociais, e como as comunidades epistêmicas inscrevem novos projetos de agendas de construção de políticas e reformas. Analisando como determinados imaginários geográficos são gerados a partir dessas relações e os seus por quês. Nos parece, que se torna possível melhor compreender o tema dos indicadores sociais e o das desigualdades sociais a partir dessa perspectiva. Suscitando uma discussão que problematize as representações do espaço social para se pensar os caminhos da política da espacialidade relacionada aos indicadores sociais, a produção de conhecimento e a seus usos como objetos técnicos, e os efeitos na *práxis*.

Também, surge em grande importância, o buscar entender melhor como comunidades epistêmicas e movimentos sociais representam as desigualdades sociais a partir dos indicadores sociais e como constroem projetos políticos e imaginários geográficos a partir destes objetos técnicos. O que podemos entender com este estudo, foi que a relação entre Comunidade local e comunidades epistêmicas é uma chave para o melhor compreensão dos processos de territorialização dos indicadores sociais e a geografia urbana e política gerada em suas múltiplas escalas de territorialização.

9. Bibliografia

- CALLON, MI. Elaborating the notion of performativity. **Le libellio d'AEGIS**, v. 5, n. 1, 2009, p. 18-29.
- CALLON, MI. Performativity, misfires and politics. **Journal of Cultural Economy**, v. 3, n. 2, 2010, p. 163-169.
- CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FEDOZZI, L.; CASTELLO, IR IBEU. Região Metropolitana de Porto Alegre, expressão de dois polos com efeitos distintos em bem-estar urbano. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles,[2013]. Disponível em:< http://web.observatoriodasmetrôpoles.net/new/images/abook_file/ibeu_portoalegre.pdf>. Acesso em, v. 12, 2015.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, 2012, p. 24-34.

FOUCAULT, M. La gubernamentalidad. **Espacios de poder**. Exposición realizada en el Colegio de Francia en enero de 1978. Disponível em: Exposición realizada en el Colegio de Francia en enero de 1978.

FOUCAULT, M. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.

FURTADO A, COSTA B.M., MACEDO C. E. G., GERMANO L. R., MACERATA M. A., SILVA M. E., et al. **Mapa da inclusão e exclusão social de Porto Alegre**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Municipal; 2004

GUIMARÃES, J. R. Soares; JANNUZZI, P. de M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73-90, 2011.

GUIMARÃES, J. R. S; JANNUZZI, P. M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. **Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, v. 14, 2004.

HAAS, P. "Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination." **International Organization**, v.46, no.1, p.1-35, 1992

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INNES, J. E. Disappointments and legacies of social indicators. **Journal of Public Policy**, v. 9, n. 04, 1989, p. 429-432.

INNES, J. E. Planning theory's emerging paradigm: communicative action and interactive practice. **Journal of planning education and research**, v. 14, n. 3, 1995, p. 183-189.

INNES, J. E.; BOOHER, D. E. The Impact of Collaborative Planning on Governance Capacity. **Institute of Urban & Regional Development**, 2003.

INNES, J. E.; DE NEUFVILLE, J. **Social indicators and public policy: Interactive processes of design and application**. Transaction Pub, 1975.

INNES, J; BOOHER, D E. Indicators for sustainable communities: a strategy building on complexity theory and distributed intelligence. **Planning theory & practice**, v. 1, n. 2, p. 173-186, 2000.

JANNUZZI, P. M. Principais indicadores sociais: significados e usos para política social. **Indicadores Sociais no Brasil**, p. 65-126, 2003.

JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. In: **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Alínea, 2009.

JANNUZZI, P. M. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da

- gestão de programas sociais. **Revista brasileira de monitoramento e avaliação**, n. 1, 2011, p. 36-65.
- JANNUZZI, P.; GRACIOSO, L. S. Produção e disseminação da informação estatística: agências estaduais no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 16, n. 3, 2002, p. 91-103.
- JANNUZZI, P. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP Rio de Janeiro**, v. 36, n. 1, 2002, p. 51-72,.
- JANNUZZI, P. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, 2014, p. 137-160.
- LACLAU, E. Poder e representação. Estudos Sociedade e Agricultura, **Estudos Sociedade e Agricultura** Número 07, 1996.
- LATOURETTE, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: Parente, André (org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 39-63.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Blackwell: Oxford, 1991.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social 1**. S.Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- LYOTARD, J-F.; **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.
- MILLÉO, J. C. **A utilização dos indicadores sociais pela geografia: uma análise crítica**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005 (tese de doutorado em Geografia).
- SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**, n. 1, 2014, p. 113-142.
- SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.